



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

01/04

Relatório da Administração

Apresentamos o relatório de Administração do Banco Semear S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhado das respectivas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, em conformidade com a legislação vigente. O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, especializado em soluções de crédito e serviços no segmento de varejo de pequeno e médio porte, visando especialmente à concessão de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, através de acordos operacionais com redes varejistas regionais, além de distribuição de seguros, aquisição de cartões, operações de middle market (capital de giro e antecipação de recebíveis) e operações imobiliárias (aquisição de recebíveis e financiamento). Apesar do ano de 2015 ter se apresentado com cenário bastante negativo, o Banco conseguiu seguir a estratégia e planejamento projetado para o exercício, obtendo lucro líquido acumulado no ano de R\$ 6.053 milhões, apresentando significativa recuperação no 2º semestre, absorvendo inclusive o resultado negativo alcançado no 1º semestre (R\$ 2.190 milhões), evidenciando assim melhor gestão, em especial nas despesas, com redução no 2º semestre de 7,0% em relação ao 1º semestre do ano de 2015 e ampliação das receitas. Ao longo de 2015, o Banco manteve-se focado na estratégia de diversificação de seus negócios, buscando maior equilíbrio e maior seletividade em sua oferta de crédito, com fortalecimento do processo de expansão de novos acordos operacionais e consolidação de acordos vigentes, permitindo assim ao final do exercício crescimento expressivo da carteira de crédito em 46,3% em relação ao ano de 2014, totalizando uma carteira total de R\$ 545 milhões. A carteira core, Varejo, representa 61,8% da carteira total, sendo 51,7% o Crédito Direto ao Consumidor e 10,1% o Empréstimo Pessoal, os demais

38% da carteira total estão distribuídos em operações de Middle Market (23,9%) e Aquisição de Recebíveis Imobiliários (14,1%). Em relação ao funding, destacamos o crescimento em 2015 na ordem de 42,1% em relação ao ano de 2014, totalizando uma carteira de depósitos a prazo de R\$ 545 milhões, operações pulverizadas em mais de 4 mil clientes investidores, que inclui corretistas e distribuidores, em sua grande maioria emitidas com alongamento do prazo de liquidez, que varia entre 1 a 3 anos. Os CDB's continuam sendo a principal fonte de captação, representando 85,4% da carteira, DPGE's 9,6% e LCI's 5,0%. Na linha de investimentos destacamos o projeto de Aquisição, tendo como parceira a multinacional Global Payments, o qual o Banco vem sistematicamente aprimorando sua plataforma operacional e que permitirá ganhar mais velocidade na operação de antecipação de recebíveis de cartões e concessão de capital de giro com taxas garantidas, sendo importante fonte alternativa de receitas para os próximos anos. O patrimônio líquido do exercício alcançou R\$ 91,6 milhões, o índice de Basileia apurado foi de 15,13%, mantendo-se estrutura de capital confortável e sustentável para suportar os riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios. Em 2016 o Banco manterá a estratégia de diversificação de negócios e riscos, ampliação de suas fontes de captação através de emissão de LCI's, investimentos nas áreas de controles, processos e tecnologia, buscando aumento de eficiência e redução de custos, confiantes no crescimento da operação e do lucro operacional. Agradecemos aos nossos clientes, parceiros, colaboradores e acionistas, a confiança depositada no Banco Semear. A Instituição mantém suas ações voltadas para fortalecimento da gestão e controle, na busca contínua do equilíbrio entre eficiência, qualidade, rentabilidade e sustentabilidade. **A Administração.**

Demonstrações de resultados - Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre findo 2015	2015	2014
Receitas de intermediação financeira	17	106.767	190.922	134.730
Operações de crédito		92.117	170.633	126.595
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.507	14.520	6.900
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		5.143	5.769	1.235
Despesas de intermediação financeira	17	(84.546)	(146.288)	(78.528)
Operações de captação no mercado		(43.870)	(75.054)	(37.878)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(40.676)	(71.234)	(40.650)
Resultado bruto da intermediação financeira	18	22.221	44.634	56.202
Outras receitas (despesas) operacionais		(24.724)	(49.170)	(47.270)
Receitas de prestação de serviços		4.249	4.822	633
Rendas de tarifas bancárias		3.751	6.902	6.646
Despesas de pessoal		(5.914)	(10.431)	(9.100)
Outras despesas administrativas		(26.437)	(56.651)	(51.542)
Despesas tributárias		(4.200)	(7.496)	(5.774)
Outras receitas operacionais		13.280	26.769	18.869
Outras despesas operacionais		(9.453)	(13.085)	(7.002)
Resultado operacional		(2.503)	(4.536)	8.932
Resultado não operacional		(572)	(657)	326
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		(3.075)	(5.193)	9.258
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	19	(5.124)	(6.441)	(3.893)
Passivo fiscal diferido	19	14	(288)	(3)
Ativo fiscal diferido	9 e 19	17.005	18.623	2.126
		11.895	11.894	(1.770)
Participações estatutárias no lucro		(578)	(648)	(525)
Resultado do semestre/exercício		8.242	6.053	6.963
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		0,05	0,04	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Semestre findo em 31 de dezembro 2015 e exercícios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em 2015	2015	2014
Fluxo de caixa proveniente das operações	8.242	6.053	6.963
Resultado do semestre/exercício	8.242	6.053	6.963
Ajustes do resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	286	562	605
Ajuste em Investimento coligada e controlada	7	19	4
Provisão para devedores duvidosos	40.676	71.234	40.650
Provisão para perdas em outras operações	-	-	(669)
Provisão para créditos cedidos com coobrigações	(46)	(386)	(1.709)
Provisão carteira adquirida de recebíveis de cartões de créditos	84	74	34
Provisão carteira adquirida de recebíveis de créditos imobiliários	616	616	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	14	(288)	12
Provisão para pagamentos a efetuar	4.487	4.487	-
Provisão para passivos contingentes	2.821	3.429	(428)
Provisão para perdas em outros valores e bens	627	408	30
Provisão para créditos tributários	(17.005)	(18.623)	(2.127)
	32.567	61.532	36.402
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(39.542)	15.127	(38.607)
Títulos e valores mobiliários	7.578	(21.243)	23.592
Operações de crédito	(71.113)	(138.135)	(139.850)
Outros créditos	(100.897)	(99.743)	(9.401)
Outros valores e bens	(1.102)	(4.573)	(2.786)
Relações interfinanceiras e interdependência	511	11	144
	(204.565)	(248.556)	(166.908)
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	116.028	151.200	128.663
Recursos de aceites e emissão de títulos	(967)	10.361	12.569
Relações interfinanceiras	(44)	1	-
Outras obrigações	9.488	8.000	5.328
Varição nas receitas antecipadas	(35)	(93)	296
	124.470	169.469	146.856
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(39.286)	(11.502)	23.313
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Alienação (aquisição) Investimento	2	2	(89)
Aquisição no imobilizado de uso	(254)	(418)	(229)
Aquisição no intangível	-	(157)	(174)
	(252)	(573)	(492)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio creditados	(5.000)	(5.000)	(3.400)
Movimentação de ativos	-	-	(2.265)
Aumento de capital	2.890	2.890	10.000
	(2.110)	(2.110)	4.335
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(41.648)	(14.185)	27.156
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	54.938	54.938	54.938
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	13.290	13.290	27.475
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(41.648)	(14.185)	27.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e os valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e os valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria de negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), conforme determina a Circular nº 3.082/2002 e as regulamentações posteriores, emitidas pelo Banco Central do Brasil.

Quando existentes, as operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular nº 3.082/2002, emitida pelo Banco Central do Brasil. Nessas casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de hedge de risco de mercado; e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

g. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes rendas a aporrear. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

h. Outros valores e bens - Despesas antecipadas

São representados pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que

gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados. (veja Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

j. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo pertinente.

k. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die (veja Notas Explicativas nºs 12, 13 e 17).

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, bem como são aderentes aos critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, a saber:

• Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação (veja Nota Explicativa nº 14).

• Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (veja Nota Explicativa nº 14).

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante		486.438	364.173	Circulante		411.456	206.714
Disponibilidades	4	2.296	1.487	Depósitos	12	375.602	185.508
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	25.336	15.559	Depósitos à vista		7.073	17.151
Aplicações no mercado aberto		25.014	15.000	Depósitos interfinanceiros		4.007	4.285
Aplicações em depósitos interfinanceiros		322	559	Depósitos a prazo		364.522	164.072
Títulos e valores mobiliários	6	10.994	25.988	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	14.160	7.955
Carteira própria		10.994	25.988	Relações interfinanceiras		1	-
Relações interfinanceiras		114	126	Outras obrigações	14	21.658	13.244
Correspondentes		1	-	Receitas antecipadas		35	7
Operações de crédito	8	356.930	287.420	Não circulante		212.179	240.210
Setor privado		417.295	325.907	Depósitos	12	180.640	219.534
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(60.365)	(38.487)	Depósitos a prazo		180.640	219.534
Outros créditos	10	84.911	30.938	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	8.770	4.614
Outros valores e bens	11	5.856	2.655	Outras obrigações	14	22.575	15.747
Não circulante		228.778	170.389	Receitas antecipadas		194	315
Realizável a longo prazo		226.998	168.601	Patrimônio líquido	15	91.581	87.638
Aplicações interfinanceiras de liquidez		14.508	39.412	Capital social - De domiciliado no País		122.786	119.896
Aplicações no mercado aberto		53.322	32.079	Prejuízos acumulados		(31.205)	(32.258)
Títulos e valores mobiliários	6	53.322	32.079				
Carteira própria		53.322	32.079				
Operações de crédito	8	23.889	26.498				
Setor privado		26.426	27.428				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.537)	(930)				
Outros créditos	10	133.125	69.422				
Outros valores e bens	11	2.154	1.190				
Permanente		1.780	1.788				
Investimentos		74	85	Total do passivo e do patrimônio líquido		715.216	534.562
Imobilizado de uso		881	927				
Intangível		825	776				
Total do ativo		715.216	534.562				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	109.896	(35.821)	74.075
Aumento de capital	10.000	-	10.000
Outros eventos:			
Lucro do exercício	-	6.963	6.963
Destinações:			
Juros sobre o capital próprio	-	(3.400)	(3.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	119.896	(32.258)	87.638
Saldos em 31 de dezembro de 2014	119.896	(32.258)	87.638
Aumento de capital	2.890	-	2.890
Outros eventos:			
Lucro do exercício	-	6.053	6.053
Destinações:			
Juros sobre o capital próprio	-	(5.000)	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.786	(31.205)	91.581
Saldos em 30 de junho de 2015	119.896	(34.447)	85.449
Aumento de capital	2.890	-	2.890
Outros eventos:			
Lucro do semestre	-	8.242	8.242
Destinações:			
Juros sobre o capital próprio	-	(5.000)	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.786	(31.205)	91.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

Contexto operacional

O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, fundado em 2006, pertencente ao Grupo Seculus, é especializado em soluções de crédito e serviços no segmento de varejo, visando especialmente à concessão de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, através de acordos operacionais com redes varejistas regionais. Atua também em operações para pessoas jurídicas, concentradas nos segmentos de pequenas e médias empresas, nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e operações de aquisição, especialmente na antecipação de recebíveis de cartões. Em 2015 deu início à carteira de financiamento imobiliário.

2 Base de preparação

- Declaração de conformidade
- As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Cont



BANCO SEMEAR S.A.

02/04

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

m. Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Também, foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 20%. Os créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa também foram registrados com base nas respectivas alíquotas.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos. Em 6 de outubro de 2015, a Medida Provisória nº 675 foi aprovada e convertida na Lei nº 13.169, que aumentou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Os respectivos efeitos contábeis estão refletidos contabilmente a partir da data de aprovação.

n. Provisões de férias e décimo terceiro salário

As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

o. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

r. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e a divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, a melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras do Banco, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Papel	Até 3 meses			De 3 a 12 meses			De 1 a 3 anos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.994	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	12.002	-	-	-	-	-	-
Total em 31.12.2015	10.994	-	12.002	-	-	-	-	-	-
Total em 31.12.2014	25.988	-	21.750	-	-	-	-	-	-

Os papéis acima estão todos custodiados na SLELIC. As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos por instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão representados por títulos públicos federais (99,69% da carteira) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) (0,31% da carteira).

7 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações financeiras do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos nessas demonstrações. Quando realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, os registros são realizados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem, substancialmente, a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e na captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

Quando adquiridas, as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swaps e contratos de futuro) se destinam à proteção dos ativos e dos passivos próprios e de seus clientes. A Administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e técnicas de acompanhamento das posições visando à liquidez, à rentabilidade e a segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e das condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas de análise de sensibilidade a cenários de stress. Quando realizadas as operações com instrumentos financeiros derivativos, estas são registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e na Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros (BVM&F/Bovespa). Não há saldos e não ocorreram transações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas e, de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	31.12.2015		31.12.2014	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA					
A	0,5%	269.098	(1.345)	235.142	(1.176)
B	1%	62.512	(625)	51.003	(510)
C	3%	27.488	(825)	15.928	(478)
D	10%	12.203	(1.220)	6.617	(662)
E	30%	10.101	(3.030)	4.958	(1.487)
F	50%	8.545	(4.273)	4.797	(2.399)
G	70%	7.301	(5.111)	7.283	(5.098)
H	100%	46.473	(46.473)	27.607	(27.607)
Totais		443.721	(62.902)	353.335	(39.417)

O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do art. retro mencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizaram a contagem em dobro monta a R\$139, com provisão de R\$3 em 31 de dezembro de 2015 (R\$268, com provisão de R\$9, em 31 de dezembro de 2014).

Sua composição pode ser assim sintetizada:

	31.12.2015	31.12.2014
Reservas livres	2.296	1.487
Disponibilidades	2.296	1.487
Equivalentes de caixa	10.994	25.988
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	10.994	25.988
Total de caixa e equivalentes de caixa - (Disponibilidades)	13.290	27.475
O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.		

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto	39.522	54.412
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	14.508	10.401
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.014	44.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	322	559
Certificados de Depósitos Interfinanceiros* (CDI)	322	559
Total	39.844	54.971
Total - Circulante	25.336	15.559
Não circulante	14.508	39.412

Os depósitos interfinanceiros possuem os respectivos vencimentos:

	31.12.2015	31.12.2014
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI:		
até 90 dias	-	-
após 90 dias	322	559
Total	322	559

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém acordo, para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumarizadas:

	31.12.2015	31.12.2014
Posição ativa:	322	559
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	322	559
Posição passiva:	-	256
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - (Nota 12)	-	256

6 Títulos e valores mobiliários

São representados, essencialmente, por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs). Em função do enquadramento do Banco à Circular nº 3.068/2001, as LFTs e LTNs são classificadas como "Títulos disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado.

Os títulos e o s valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Títulos de renda fixa		
Carteira própria - Livres	64.316	58.067
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.320	10.329
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10.994	35.726
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	12.002	12.012
Total	64.316	58.067
Circulante	10.994	25.988
Não circulante	53.322	32.079
Total	64.316	58.067

Classificação por tipo de papel e vencimentos:

Papel	De 3 a 5 anos			De 5 a 15 anos		
	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição/atualização		Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição/atualização	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.320	41.320				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.994	10.994				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.002	12.002				
Total em 31.12.2015	10.994	12.002	41.320	64.316	64.316	64.316
Total em 31.12.2014	25.988	21.750	10.329	58.067	58.067	58.067

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumarizados como seguem:

	2º sem/2015	31.12.2015	31.12.2014
Saldo no início do período	45.604	39.417	31.098
Efeito no resultado			
Constituição/reversão de provisão	40.676	71.234	40.650
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(23.378)	(47.749)	(32.331)
Saldo no fim do período	62.902	62.902	39.417
Créditos recuperados	3.170	5.635	3.407
Total - efeito no resultado	37.506	65.999	37.243

b. Classificação por atividade econômica

	31.12.2015		31.12.2014	
	% da carteira	% da carteira	% da carteira	% da carteira
Atividade econômica				
Indústria	12,825	1%	11,1	1%
Comércio	20,057	2%	15,770	2%
Serviços	91,076	13%	55,948	13%
Pessoa física	319,763	84%	281,506	84%
Totais	443,721	100%	353,335	100%

c. Classificação por produto

	31.12.2015		31.12.2014	
	% da carteira	% da carteira	% da carteira	% da carteira
Produtos				
Capital de giro	121,711	27%	68,830	19%
Títulos descontados	29	-	47	-
Conta garantida	562	-	1.250	-
Crédito pessoal	42,638	10%	27,150	8%
Crédito Direto ao Consumidor	278,781	63%	256,058	72%
Total	443,721	100%	353,335	100%

d. Classificação por prazo

	31.12.2015		31.12.2014	
	% da carteira	% da carteira	% da carteira	% da carteira
Prazos de vencimento				
Vencidas	67,386	14%	37,631	13%
A vencer até 30 dias	96,292	22%	58,078	16%
A vencer de 31 a 60 dias	56,784	13%	51,419	15%
A vencer de 61 a 90 dias	48,956	11%	36,631	11%
A vencer de 91 a 180 dias	86,852	20%	79,528	23%
A vencer de 181 a 360 dias	61,025	14%	62,620	16%
A vencer após 360 dias	26,426	6%	27,428	6%
Totais	443,721	100%	353,335	100%

e. Cessão de crédito
O Banco, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010 do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2012 — quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533/2008 do Conselho Monetário Nacional tornou-se obrigatória — optou por manter, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco Central do Brasil, adotadas uniformemente até 31 de dezembro de 2012.

e.1 Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos contratos cedidos com coberturação apresentada o montante de R\$88 (R\$1.57 em 2014), e encontra-se constituído o saldo de R\$8 (R\$394 em 2014) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coberturação, em conformidade com os critérios internos e as definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 - "Outras obrigações" sob a rubrica "Provisão para passivos contingentes".

e.2 Com instituições não financeiras

Neste período, foram realizadas cessões de créditos, sem coberturação, com empresa não ligada e não integrante do SFN, no montante de acordo com os respectivos registros contábeis de R\$8.799, sendo apurado um prejuízo na operação de R\$55 o qual é parte integrante do resultado. Os contratos objeto da cessão de crédito realizada referem-se a capital de giro, substancialmente classificados nos níveis de risco "A".

A composição das mencionadas cessões de créditos pode ser assim sumarizada:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Empresas não integrantes do SFN - Não ligado:						
Sem coberturação -Capital de giro pós.....	8.170	8.225	(55)	1.035	1.035	-
Sem coberturação -Capital de giro pré.....	629	629	-	210	212	(2)
Total	<u>8.799</u>	<u>8.854</u>	<u>(55)</u>	<u>1.245</u>	<u>1.247</u>	<u>(2)</u>

e.3 Aquisições de crédito com instituição não ligadas :

Neste exercício, foi realizada a aquisição de créditos, sem coberturação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e não ligadas, no montante de R\$39.858 (R\$15.694 em 2014). Os contratos, objeto das aquisições realizadas, referem-se a operações de recebíveis de cartões de crédito e encontram-se registrados na rubrica Títulos e créditos a receber, Nota Explicativa nº 10, e pode ser sumarizada da seguinte forma:

	31.12.2015		
	Valor da cessão	Valor futuro	Rendas e apropriar
Aquisição de créditos			
INSTIT. NÃO INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS			
• Sem Coberturação - Recebíveis de Cartão de crédito.....	39.858	41.323	(1.465)
Total em 31 de dezembro de 2015....	39.858	41.323	(1.465)

Aquisição de créditos

INSTIT. NÃO INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS

• Sem Coberturação - Recebíveis de Cartão de crédito.....

15.694 16.500 (806)

Total em 31 de dezembro de 2014....

15.694 16.500 (806)

e.4 Aquisições de crédito com instituição ligadas:

Neste exercício, foi realizada a aquisição de créditos, sem coberturação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e ligadas, no montante de R\$84.085. Os contratos, objeto das aquisições realizadas, referem-se a operações de recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de crédito imobiliário e encontram-se registrados na rubrica Títulos e créditos a receber, nota Explicativa nº 10, e pode ser sumarizada da seguinte forma:

	31.12.2015		
	Valor da cessão	Valor futuro	Rendas e apropriar
Aquisição de créditos			
INSTIT. NÃO INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS			
• Sem Coberturação - Recebíveis de Cartão de crédito.....	15.694	16.500	(806)
Total em 31 de dezembro de 2014....	15.694	16.500	(806)



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

03/04

(d) A composição da rubrica "Devedores diversos - País" pode ser resumida da seguinte forma:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores diversos - País				
Baixas em operações de crédito a processar.....	4.702	1.818	3.119	851
Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida.....	-	967	-	967
Contingências Judiciais Reembolsáveis.....	-	102	98	-
Conta Gráfica - Alienação Participação RS CFI.....	1	-	7	-
Outros devedores diversos	108	-	23	967
Total	4.811	2.887	3.247	2.785

(e) Os Títulos e Créditos a receber estão compostos de operações adquiridas de recebíveis de Financiamentos Imobiliários e Cartões de Créditos, classificados da seguinte forma:

1 - Classificação por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	31.12.2015		31.12.2014	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA.....					
A.....	0,5%	87.965	(440)	7.084	(35)
B.....	1%	5.448	(54)	-	-
C.....	3%	7.102	(213)	-	-
D.....	10%	531	(53)	-	-
E.....	30%	-	-	-	-
F.....	50%	-	-	-	-
G.....	70%	-	-	-	-
H.....	100%	-	-	-	-
Totais		101.046	(760)	7.084	(35)
Circulante		36.335	(308)	7.084	(35)
Não Circulante		64.711	(452)	-	-
Total		101.046	(760)	7.084	(35)

2 - Classificação por atividade econômica:

Atividade econômica	31.12.2015		31.12.2014	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Indústria.....	-	1%	-	-
Comércio.....	297	2%	7.082	99%
Serviços.....	27.661	13%	-	-
Pessoa física.....	73.088	84%	2	1%
Totais	101.046	100%	7.084	100%

O saldo da conta "Depósitos", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens não de uso próprio.....	3.149	800	2.010	1.019
Material em estoque.....	28	-	15	-
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(627)	(800)	-	(1.019)
Despesas antecipadas.....	3.306	2.154	630	1.190
Comissões sobre operações de crédito.....	873	12	302	54
Deságio p/intermediação CDB.....	2.056	1.938	229	988
Comissão s/captação de depósitos.....	180	122	-	-
Outras despesas antecipadas.....	197	82	99	148
Total	5.856	2.154	2.655	1.190

O saldo do grupoamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
De pessoas ligadas.....	244	-	2.650	-
De pessoas físicas.....	4.072	221	-	-
De pessoas jurídicas.....	-	-	70	-
De instituições.....	9.844	8.549	5.235	4.614
Total - Circulante	14.160	8.770	7.955	4.614

O saldo do grupoamento "Outras obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos.....	420	-	367	-
Sociais e estatutárias.....	4.250	-	2.890	-
Fiscais e previdenciárias (i).....	8.915	13.991	5.321	7.694
Diversos.....	8.073	8.584	4.666	8.053
- Cheque administrativo.....	16	-	828	-
- Provisão para pagamentos a efetuar.....	5.180	-	807	-
- Provisão para passivos contingentes (ii) - Vide Nota 14b.....	8	5.196	387,5	204
- Credores diversos - País.....	2.869	3.388	2.644	2.849
Total	21.658	22.575	10.534	15.747

(i) A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fiscais e previdenciárias.....	8.915	13.991	5.321	7.694
Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes.....	6.938	-	3.893	-
Impostos e contribuições a recolher.....	1.977	-	1.427	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos.....	-	297	-	10
Provisão para riscos fiscais (ii) - Vide Nota 14a.....	-	13.694	-	7.684
Total	8.915	13.991	5.320	7.694

O saldo das provisões para riscos fiscais está assim demonstrado:

	31.12.2015				31.12.2014			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para imposto de renda (2).....	-	1.012	-	157	-	-	-	-
Provisão para contribuição social (2).....	-	1.232	-	80	-	-	-	-
Provisão para PIS (1).....	-	9.128	-	7.447	-	-	-	-
Provisão para INSS (2).....	-	2.322	-	-	-	-	-	-
Total	-	13.694	-	7.684	-	-	-	-

(1) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, em 31 de dezembro de 2015, equivale a R\$9.044 (R\$7.376 em 2014), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

(2) Parte do posicionamento no total de R\$1.748 e R\$2.322, trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de uma Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada) e Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros. As movimentações da provisão para riscos fiscais estão assim demonstradas:

3 - Classificação por produto:

Atividade econômica	31.12.2015		31.12.2014	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Cartão de crédito pós pago.....	1	-	2	1%
Aquisição de crédito - Recebíveis de Cartões de créditos.....	27.958	28%	7.082	99%
Aquisição de cred - Recebíveis de financiamentos imobiliários.....	73.087	72%	-	-
Totais	101.046	100%	7.084	100%

4 - Classificação por prazo:

Prazos de vencimento	31.12.2015		31.12.2014	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas.....	1.036	1%	-	-
A vencer até 30 dias.....	10.643	11%	2.198	31%
A vencer de 31 a 60 dias.....	4.260	4%	1.494	21%
A vencer de 61 a 90 dias.....	5.405	5%	1.278	18%
A vencer de 91 a 180 dias.....	11.350	11%	1.691	24%
A vencer de 181 a 360 dias.....	3.641	4%	423	6%
A vencer após 360 dias.....	64.711	64%	-	-
Totais	101.046	100%	7.084	100%

11 Outros valores e bens
O saldo do grupoamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
De pessoas ligadas.....	244	-	2.650	-
De pessoas físicas.....	4.072	221	-	-
De pessoas jurídicas.....	-	-	70	-
De instituições.....	9.844	8.549	5.235	4.614
Total - Circulante	14.160	8.770	7.955	4.614

O saldo do grupoamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos.....	420	-	367	-
Sociais e estatutárias.....	4.250	-	2.890	-
Fiscais e previdenciárias (i).....	8.915	13.991	5.321	7.694
Diversos.....	8.073	8.584	4.666	8.053
- Cheque administrativo.....	16	-	828	-
- Provisão para pagamentos a efetuar.....	5.180	-	807	-
- Provisão para passivos contingentes (ii) - Vide Nota 14b.....	8	5.196	387,5	204
- Credores diversos - País.....	2.869	3.388	2.644	2.849
Total	21.658	22.575	10.534	15.747

(i) A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fiscais e previdenciárias.....	8.915	13.991	5.321	7.694
Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes.....	6.938	-	3.893	-
Impostos e contribuições a recolher.....	1.977	-	1.427	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos.....	-	297	-	10
Provisão para riscos fiscais (ii) - Vide Nota 14a.....	-	13.694	-	7.684
Total	8.915	13.991	5.320	7.694

O saldo das provisões para riscos fiscais está assim demonstrado:

	31.12.2015				31.12.2014			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para imposto de renda (2).....	-	1.012	-	157	-	-	-	-
Provisão para contribuição social (2).....	-	1.232	-	80	-	-	-	-
Provisão para PIS (1).....	-	9.128	-	7.447	-	-	-	-
Provisão para INSS (2).....	-	2.322	-	-	-	-	-	-
Total	-	13.694	-	7.684	-	-	-	-

(1) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, em 31 de dezembro de 2015, equivale a R\$9.044 (R\$7.376 em 2014), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

(2) Parte do posicionamento no total de R\$1.748 e R\$2.322, trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de uma Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada) e Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros. As movimentações da provisão para riscos fiscais estão assim demonstradas:

	31.12.2015				31.12.2014			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para imposto de renda (2).....	-	1.012	-	157	-	-	-	-
Provisão para contribuição social (2).....	-	1.232	-	80	-	-	-	-
Provisão para PIS (1).....	-	9.128	-	7.447	-	-	-	-
Provisão para INSS (2).....	-	2.322	-	-	-	-	-	-
Total	-	13.694	-	7.684	-	-	-	-

O saldo das provisões para riscos fiscais está assim demonstrado:

	31.12.2015				31.12.2014			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para imposto de renda (2).....	-	1.012	-	157	-	-	-	-
Provisão para contribuição social (2).....	-	1.232	-	80	-	-	-	-
Provisão para PIS (1).....	-	9.128	-	7.447	-	-	-	-
Provisão para INSS (2).....	-	2.322	-	-	-	-	-	-
Total	-	13.694	-	7.684	-	-	-	-

(1) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, em 31 de dezembro de 2015, equivale a R\$9.044 (R\$7.376 em 2014), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

(2) Parte do posicionamento no total de R\$1.748 e R\$2.322, trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de uma Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada) e Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros. As movimentações da provisão para riscos fiscais estão assim demonstradas:

	31.12.2015				31.12.2014			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para imposto de renda (2).....	-	1.012	-	157	-	-	-	-
Provisão para contribuição social (2).....	-	1.232	-	80	-	-	-	



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

04/04

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O quadro abaixo demonstra a apuração do índice de Basileia III:

DLO - Demonstrativo de Limites Operacionais Índice de Basileia - Referência 31.12.2015		
Detalhamento das Margens de Requerimento Relativamente ao RWA		
Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	87.936	83.937
Patrimônio de Referência (PR)	87.936	83.937
Excesso dos Retornos Aplicados no Ativo Permanente		
Capital Destacado para Opeações com o setor público		
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	531.380	407.052
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada	552.022	374.993
RWA para Risco de Itokreado	5.139	3.672
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	24.219	28.387
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	23.984	39.161
Patrimônio de Referência IVEnizno Requerido para o RWA	63.952	44.776
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nivel 1 Requerido	53.053	59.514
Patrimônio de referência nivel 1 para comparação com RWA	87.936	83.937
Patrimônio de referência nivel 1	87.936	83.937
Patrimônio de Referência nivel 1 Mínimo	34.883	24.423
Requerido para o RWA	61.774	65.620
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	87.936	83.937
Capital Principal para comparação com RWA	87.936	83.937
Capital Principal - CP	26.162	18.317
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	22.819	38.301
Margem Sobre o PR Considerando RBAN	65.117	45.136
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para Rban	1.165	360
Valor Correspondente ao Rban	29.796	20.861
Capital Principal Mínimo Requerido para Manutenção de Instrumentos Elegíveis ao Capital Complementar	26.162	18.317
Capital Principal Mínimo Requerido para Manutenção de Instrumentos Elegíveis ao Nivel II	15.13%	20.62%
Índice de Basileia (LB)	15.13%	20.62%
Índice de nível 1 (INI)	15.13%	20.62%
Índice de Basileia Ampliada (ICP)	14.85%	20.46%
Índice de Basileia Ampliada (IBA)	14.85%	20.46%
Índice de Nível 1 (IBA IN1)	14.85%	20.46%

O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração.

A Instituição, em 31 de dezembro de 2015, atingiu o índice de 14,85% enquanto o mínimo requerido é de 11,00%.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos do Banco, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br, na área de Gestão de Riscos.

17 Receitas e despesas da intermediação financeira
A composição das receitas e das despesas da intermediação financeira no semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Receitas da Intermediação Financeira			
	2º Sem/2015	31.12.2015	31.12.2014
Operações de crédito:	92.117	170.633	126.595
Rendas de empréstimos	29.803	48.218	24.589
Capital de giro	14.580	23.083	11.374
Títulos descontado	5	20	149
Conta garantida	190	484	443
Crédito pessoal	15.028	24.631	12.623
Adiantamento a depositante	55	80	-
Rendas de financiamentos:	59.144	116.755	98.614
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	59.143	116.753	98.613
Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção (CDCI)	1	2	1
Recuperação de créditos:	170	5.635	3.407
Resultado da cessão de créditos	(55)	(55)	(15)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:	9.507	14.520	6.900
De aplicações interfinanceiras de liquidez	5.506	7.275	1.060
De títulos e valores mobiliários	4.001	7.245	5.840
Rendas de títulos de renda fixa	(3)	3.796	6.744
Prejuízo com títulos de renda fixa	(430)	(798)	(660)
Ajustes títulos de renda fixa a valor de mercado	4.434	4.247	(244)
Operações com característica de concessão de créditos:	5.143	5.769	1.235
Total	106.767	190.922	134.730
Despesas da intermediação financeira	(43.870)	(75.054)	(37.877)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(301)	(570)	(677)
Despesas de depósitos a prazo	(41.238)	(70.081)	(34.955)
Despesas de operações compromissadas	-	(21)	(569)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(1.709)	(3.168)	(334)
Outras despesas de captação (FGC)	(622)	(1.214)	(1.343)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.676)	(471.234)	(40.650)
Total	(84.546)	(146.288)	(78.528)
Resultado bruto da intermediação financeira	22.221	56.202	44.634

18 Receitas e despesas operacionais
A composição das receitas e das despesas operacionais no semestre pode ser demonstrada na seguinte forma:

Receitas (despesas) operacionais			
	2º Sem/2015	31.12.2015	31.12.2014
Receitas de prestação de serviços:	4.249	4.822	633
Rendas de comissão de cobrança	-	-	33
Rendas de comissão pela movimentação recebíveis	50	86	31
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	495	891	371
Rendas de garantias prestadas	52	114	108
Rendas de intercâmbio de cartão crédito pré-pago	63	64	1
Outras rendas de serviços prestados	3.589	3.667	89
Rendas de tarifas bancárias:	3.751	6.902	6.646
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	3.171	5.981	6.137
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	58	89	17
Receitas de confecção de cadastro - PJ	397	632	365
Receitas de transferência de recursos - PJ	64	102	61
Receitas de cartão de crédito e outras rendas - PJ	12	12	6
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ	49	86	60
Despesas de pessoal:	(5.914)	(10.431)	(9.100)
Benefícios	(841)	(1.501)	(1.174)
Encargos sociais	(1.051)	(1.979)	(1.549)
Proventos	(4.017)	(6.918)	(6.307)
Despesas de honorários de Diretoria	(5)	(33)	(70)
Outras despesas administrativas:	(26.437)	(56.651)	(51.542)
Comissões sobre operações de crédito	(11.854)	(30.178)	(29.471)
Despesas de indenizações judiciais	(1.548)	(2.812)	(4.828)
Despesas de marketing e publicações	(240)	(601)	(707)
Despesas de processamento de dados	(1.637)	(3.129)	(2.404)
Despesas de seguros	(1)	(6)	(1)
Despesas de serviços do SFN	(1.230)	(2.092)	(949)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.070)	(3.296)	(3.860)
Despesas bandeira cartão de crédito	(34)	(70)	(7)
Despesas de outros serviços de terceiros	(5.622)	(10.081)	(5.481)
Demais despesas administrativas	(2.201)	(4.386)	(3.834)
Total	(24.351)	(55.358)	(53.363)
Despesas tributárias:	(4.200)	(7.496)	(5.774)
Tributos federais	(3.744)	(6.828)	(5.402)
PIS	(522)	(951)	(753)
COFINS (a)	(3.216)	(5.847)	(4.633)
IOF bancado	(6)	(30)	(16)
Tributos estaduais	(12)	(25)	(2)
Tributos municipais	(444)	(643)	(370)
ISS	(403)	(593)	(365)
Outros tributos municipais	(41)	(50)	(5)
Outras receitas operacionais:	13.280	26.769	18.869
Recuperação de encargos e despesas reversão de provisões operacionais	130	319	339
Prov. para opers. de cred. cedidos o/ cobrança	46	386	1.709
Outras provisões	-	229	670
Provisões para passivos contingentes	420	1.549	1.421
Outras rendas operacionais:	12.684	24.286	14.500
Comissão de permanência no recebimento de créditos	9.187	17.475	10.013
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.930	5.709	3.570
Receita de repasse	1	1	2
Variações monetárias ativas	462	889	614
Rendas de acordos operacionais	98	197	289
Outras rendas operacionais	6	15	12
Outras despesas operacionais:	(9.446)	(13.066)	(6.768)
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(740)	(1.534)	(4.123)
Provisão para contingências - Ações civis	(764)	(1.038)	(834)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(339)	(493)	(160)
Provisão para riscos fiscais	(2.138)	(3.446)	-
Prov. carteira adquirida de recebíveis de Cred. Imobiliários	(616)	(616)	-
Prov. carteira adquirida de recebíveis de cartões	(84)	(84)	(7)
Prov. Prestação de serviços de correspondentes	(3.681)	(3.681)	-
Outras provisões para perdas operacionais	(228)	(228)	(27)
Perdas com fraudes - CDC/ Cred. Consignado	(18)	(23)	(41)
Despesas com repasses	(2)	(6)	(324)
Variação monetária passiva	(425)	(929)	(808)
Dep. Atualiz. impostos e contribuições	(271)	(624)	-
Outras despesas operacionais	(140)	(364)	(444)
Total	(24.724)	(49.170)	(47.270)

19 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

2º Semestre/2015						
	31.12.2015	31.12.2014	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Discriminação						
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(8.074)	(8.074)	(8.074)	(10.192)	(8.074)	(10.192)
Participações dos empregados	(578)	(578)	(648)	(648)	(525)	(525)
Adições (exclusões) permanentes	255	264	661	686	1.215	1.229
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	26.409	26.409	33.936	33.936	7.814	7.814
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(119)	(119)	686	686	(43)	(43)
Resultado líquido ajustado	17.893	17.902	24.443	24.468	14.317	14.331
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(5.368)	(5.371)	(7.333)	(7.340)	(4.295)	(4.299)
Base de cálculo tributável (c)	12.525	12.531	17.110	17.128	10.022	10.032
Alíquota-base	(1.878)	(1.878)	(2.566)	(2.566)	(1.503)	(1.505)
Diferença de alíquota CSLL	(1.328)	(1.328)	-	(1.328)	-	-
Alíquota adicional	(1.241)	-	(1.687)	-	(978)	-
Incentivo fiscais	206	216	-	-	93	-
Totais - Valores correntes:	(2.913)	(2.212)	(4.037)	(2.901)	(2.388)	(1.505)
Diferença - Prov. do exercício anterior	-	-	394	100	-	-
Ajustes - Valores correntes:	(2.913)	(2.212)	(3.643)	(2.801)	(2.388)	(1.505)
Base de cálculo tributável (b)	(119)	(119)	686	686	(43)	(43)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	183	(49)	(41)	(41)	35	36
Passivo fiscal diferido	30	(16)	(159)	(129)	(2)	(11)
Base de cálculo tributável (a)	(2.883)	(2.228)	(3.802)	(2.930)	(2.900)	(1.506)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	26.409	26.409	33.936	33.936	7.814	7.814
Diferenças temporárias	6.602	12.243	7.942	13.047	1.954	1.892
Base de cálculo tributável (d)	(5.368)	(5.371)	(7.333)	(7.340)	(4.295)	(4.299)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	649	657	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	(1.342)	(499)	(1.671)	(695)	(1.074)	(645)
Ativo fiscal diferido	5.260	11.744	6.271	12.352	880	1.247
Totais - Geral	2.377	9.516	2.470	9.422	(1.511)	(259)

20 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	31.12.2015				31.12.2014				
	Títulos a Créd. a Receber	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Letras de créditos Imobiliários	Receitas (despesas) no período	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Letras de créditos Imobiliários	Receitas (despesas) no período
Entidade com influência significativa sobre o Banco	-	-	2	-	(11)	3	603	-	(420)
Pessoal chave da administração	-	-	2.687	-	(379)	-	-	70	(566)
Outras partes relacionadas	73.087	3.457	54.449	244	(19.362)	1.659	36.848	-	(30.253)
Total	73.087	3.457	57.138	244	(19.752)	1.662	38.834	70	(31.239)
Total Empresas e pessoas físicas não ligadas	27.959	3.616	488.024	22.686	-	15.489	344.772	12.499	-
Total	101.046	7.073	545.162	22.930	(19.752)	17.151	383.606	12.569	(31.239)
Circulante	36.335	3.883	180.768	6.961	-	17.151	164.072	7.955	-
Não circulante	64.711	-	251.539	16.969	-	-	219.534	4.614	-
Total	101.046	3.883	432.307	23.897	-	17.151	383.606	12.569	-

(i) As despesas realizadas com partes relacionadas nos exercícios referem-se a: RS14.854 (RS27.143 em 2014) provenientes de serviços de intermediação que originaram de operações de CDC e Empréstimo Pessoal, com produção total de R\$33.952 no exercício.

RS512 (RS503 em 2014) provenientes de despesas com alugueis e condomínio do semestre.

RS3.662 (RS1.170 em 2014) proveniente de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados do exercício.

RS3.391 proveniente de receita pelos serviços de análise, verificação e avaliação de créditos e garantias prestados no exercício.

RS100 referentes a doação à entidade filantrópica ligada.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 110% do CDI e prazo máximo de vencimento em 5 de maio de 2020.

b. Remuneração da Administração:
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (i), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Remuneração fixa

Contribuição - INSS

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

21 Outras informações

Ouidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.